

## IMAGENS DE CAMÕES NO SÉCULO XIX

ERNESTO RODRIGUES\*

NA 2.<sup>a</sup> ED. DO TOMO I das *Rimas* (1800) de Bocage, temos o soneto “Camões, grande Camões, quão semelhante”, fechando século que criticara o Épico. Publicações como *Novidades literarias, scientificas, poeticas, e mercantis* (1802), *Jardim das musas, e dos sabios; ou Flores poéticas estrangeiras e nacionais* (1805-1806) acompanham a ressurreição, ora epigrafando-se com Camões, ora antologando-o em ‘ramilhetes’ de 16 páginas à frente de Bocage, Anacreonte, Pope, Lessing, Kleist.

Mas eis que rompe o árcade José Agostinho de Macedo, que, se cita Camões no limiar do ‘poema narrativo’ *Gama* (1811a), em dez cantos – “A / Luiz de Camões, / Ode pindarica” —, cita só por pirraça: quer suplantá-lo com, sobretudo, uma segunda vaga — os 12 cantos de *O Oriente* (1814, 1827, 1854), onde julga provar que *Os Lusíadas* nada têm de épico. No *Gama*, começam as distâncias, e muito fel: “Nas Lusíadas a proposição he vaga, o maravilhoso absurdo, a ordem episodica; pois tirado o alheio da acção, e o superfluo, o Poema se póde reduzir a huma quarta parte; e o estilo pela maior parte he glacial, e perfeitamente prosaico” (Macedo, 1811a: XIII-XIV).

Importam outras peças: *Reflexões críticas sobre o episodio de Adamastor nas Lusíadas, canto V. oit 39* (1811b) – a que

---

\* Escritor. Último título: *Golpe de Estado*. Romance. Lisboa: Gradiva. ernestojrodrigues1@gmail.com

responderá frei Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva, com *Apologia de Camoens contra as reflexoens do P. Jozé Agostinho de Macedo sobre o episódio de Adamastor no canto V. dos Lusíadas* (1819, 1840) – e dois tomos de *Censura das Lusíadas* (1820). O que nos diz o atrabiliário desfradado? Nas *Reflexões...*, reduz o Poema a “méra prosa” (Macedo, 1811b: 5). Como o amigo Ático falasse do “estilo frigido e prosaico das Lusíadas” (Macedo, 1811b: 6), seguem exemplos da prosificação extraída de João de Barros ou de Castanheda. Camões versifica sobre matéria alheia ou emprestada. Como Ático se diz arrebatado pelo Adamastor, Macedo di-lo, entre os “disparates” de Camões, “o maior disparate” (Macedo, 1811b: 13). Com “matriz” (Macedo, 1811b: 15) no Júlio César face ao Rubicão, na *Farsália* de Lucano, “huma gravissima Matrona, de aspeito sombrio, carregado, e triste” (Macedo, 1811b: 17), identificada com a República (Roma, em 1814; Pátria, dirá o Cardeal Saraiva), anuncia ao Usurpador as desgraças que aí vêm. Sucedem símiles em Virgílio, Sanazzaro, Ovídio, Claudio Tolomei, Claudiano (já com o nome Adamastor), uma ironia ao Gama capaz de, na tormenta, atentar nos dentes amarelos do Gigante, e, se há laivos de poesia, esta só pode vir de Ariosto. Quando de lavra camoniana, “tudo he ridiculo, absurdo, inverosimil, e pueril” (Macedo, 1811b: 24). Sinaliza incoerências, concedendo “dous grandes Cantos, o nono, e o decimo” (Macedo, 1811b: 31), sem explicar. Espanta-se: “E he este, meu Ático, o grande Poema, que tal, e tanto brado tem dado pelo Universo?” (Macedo, 1811b: 31). Tudo se resume a “montão de inepcias” (Macedo, 1811b: 34). A *Gazeta de Lisboa* (26-12-1811) corroborou tal episódio como “a maior incoherencia de Luiz de Camoens”...

Em 64 páginas (87, na edição de 1840), o Cardeal Saraiva desfaz, miudamente, esta argumentação, ora tirada de contexto, ora mal interpretando. Devem os estudiosos confrontá-los, e mais quando lêem Camões à luz dos Antigos e renascentistas.

Falando para os séculos e para a Posteridade, a indisfarçável superioridade sobre *Os Lusíadas* é logo afirmada na quinta oitava de *O Oriente* ([1814], 1827): “Se outra Lyra immortal dêo nome ao Gama, / [...] hoje derrama / Em minh’alma mais fogo, e luz mais pura: / Filosofica luz, e etherea chamma, / Que desterra da mente a sombra escura; / Que imitação servil prostra, e derruba, / E extrahe mais altos sons d’Epica tuba” (Macedo, [1814], 1827: 2). Se buscarmos estes versos em 1814, encontram-se na nona oitava, sem a clareza *ad Poetam* que o serventuário de D. Miguel se permitia em 1827.

Esta 2.<sup>a</sup> ed. não traz longa dedicatória à Nação Portuguesa, na qual tarde se fala de Camões, não para ofuscar a sua glória, nem, como ele, “lançar mão do monstruoso, e do extravagante” (Macedo, [1814], 1827: XI), mostrando, sim, quanto deve constar da Épica, que aquele não possui, mau grado a admiração dos séculos. Donde, “Quasi he preciso hum milagre de engenho para vencer tanto obstaculo” (Macedo, [1814], 1827: XI). Além de que, sendo o Oriente um assunto maior, “merece mais de hum Cantor” (Macedo, [1814], 1827: XI), como assevera à reiterada Posteridade.

No “Discurso preliminar” de 1814, sobre o poema épico, é claro: ainda que as nações tenham muitos, gloriem-se “de hum só” (Macedo, [1814], 1827: 39). Desfilam países, títulos, e desagua em Portugal, cujo “suffragio publico” (Macedo, [1814], 1827: 47), caucionado no estrangeiro, elege Camões. Macedo comungou desta unanimidade “até huma certa idade” (Macedo, [1814], 1827: 50). Ora, já pensando pela sua cabeça, perguntou se a Epopeia respondia a três condições: “Invenção da Fabula, disposição das suas partes integrantes, e elocução”. Deparou-se com fábula “emprestada”, “faltava o genio da invenção” (Macedo, [1814], 1827: 52), não da servil imitação, que o leva a afirmar só haver *Os Lusíadas* porque houve a *Eneida*, descrevendo, entretanto, outras relações;

a disposição, e symmetria do edificio era por extremo defeituosa, pela desproporção de suas partes constituintes, ou integrantes; vi finalmente, que a elocução era sobre maneira desigual, e que naquelles tractos do Poema, em que não tomava, e copiava dos outros, cahia desleixadamente em termos baixos, e dissonantes.

(Macedo, [1814], 1827: 53)

Falando como poeta que se arvora de ciência certa, e contra as “leis arbitrarías” (Macedo, [1814], 1827: 55) da crítica cega, Macedo arroja-se — ele, sim, original na invenção — ao mesmo assunto de Camões, aguardando alvissaras do Século e da Posteridade.

Demorado nas relações com a letra antiga, critica a architectura, a qual, sem “os Episodios, e o maquinismo infame, e ridiculo da Mythologia Pagã, fica a nua historia do descobrimento do Oriente” (Macedo, [1814], 1827: 85), segundo Barros. Pior é a desproporção das partes: assente numa edição de 1004 (são 1102) oitavas, e retiradas proposição, invocação, dedicatória, apóstrofes e digressões, a “Fabula Poetica”, ou acção, ficaria em 482 oitavas, “coisa por extremo monstruosa” (Macedo, [1814], 1827: 88). Quanto ao estilo das comparações, se é alevantado, é bebido algures; se prosaico, cabe ao próprio. O mesmo nas descrições.

Eis as prevenções contra Camões, ou erros, em que Macedo não quer cair. Apesar do que, na penúltima página de tão longo discurso, fecha assim: “Tomara pois que soasse este meu brado pelo Universo: — Em tudo quanto escrevo, e componho, eu não desejo senão mostrar ao Mundo, com o Grande Camões, // *Que a minha Patria amei, e a minha gente*” (Macedo, [1814], 1827: 99).

A *Censura das Lusíadas* (1820) corrobora e desenvolve as censuras de Ignacio Garcez Ferreira, Luiz António Verney, Francisco da Silva Coelho, Pedro José da Fonseca, Jerónimo Soares Barbosa, só para citar portugueses. Dou como exemplo a primeira censura, que, assente na Razão e Natureza, exige da

épica perfeita unidade de acção logo declarada, com princípio, meio e fim, agindo um só herói, já anunciado (Macedo, 1820: 13). A discussão miúda, aqui e ali risível, não é inútil, nem que seja para assinalar erros métricos. Mas não posso demorar-me em quase 600 páginas, que Inocêncio caracterizou suficientemente no seu *Dicionário bibliographico portuguez* (Silva, 1860, vol. 4: 201; 1987, vol. 14: 296-298).

Após edições de 1800 (Coimbra) e 1805 (Lisboa), no intervalo do prélio, sai em Paris a do Morgado de Mateus (1817, reeditada em 1819 e 1823)<sup>1</sup> e outra em Avignon (1818), aquela inspirando lisboetas de 1827 (corrigida por outra no mesmo ano) e 1836. Entre a edição de episódios soltos (duas, em 1835), uma nova de 1836 deseja-se largamente informativa, tantos os apêndices nos dois tomos, o que inspira ainda terceira em 1836.

Entretanto, um poeta amadurecia em Angra do Heroísmo, onde, aos 16 anos, escrevia o soneto *Camões naufrago* (1815): o “gran’thesouro”, isto é, *Os Lusíadas*, está em vias de naufragar:

Camões, grande Camões, embalde a terra  
Teu braço forte, nadador aferra  
Se o Canto lá ficou no mar salgado.  
Chorae, Lusos, chorae! Tu, morre, Ó Gama,  
Foi-se a tua glória... Não; lá vae rompendo  
Co’a dextra o mar, na sestra a lusa fama.  
Eterno, eterno ficará vivendo:  
E a torpe inveja, que inda agora brama,  
No abysmo cahirá do Averno horrendo.  
(Garrett, [1815], 1971: 219)

Além do Poema, Camões salvará ainda a espada em António Ribeiro dos Santos, melhor, Elpino Duriense (*Duriense*,

---

<sup>1</sup> Inspira Trigo (1823).

1817: 158). Também vindos do século XVIII, depara-se-nos Camões na Marquesa de Alorna e mais intensamente em José Maria da Costa e Silva, cuja Ode X das Odes Horacianas Heroicas (Silva, 1843: 150-157) abre: “Serás lido, Camões, em quanto o Luso / Livre aos ares erguer a heroica frente;”. Rodapé informa: “Esta Ode he em grande parte composta com versos de Camões, não aponto os lugares por me persuadir, que não há Portuguez tão completamente ignorante que os não conheça” (Silva, 1843: 150).

Ainda árcade, em 1821, Garrett editava *O retrato de Vénus*, atacado por “Hum Catholico Romano”, seja, José Agostinho, na *Gazeta Universal* (n.º 18, 23-1-1822), “primeiro signal dos nossos Deístas ou Mações”, seguindo-se duas cartas em 31-1 e 6-2, onde aquele é designado por “Bacorinho”. Prossegue a polémica e, por alegado abuso de Liberdade de Imprensa, Garrett vai a tribunal. Camões lírico e épico estão no primeiro e quarto cantos, mas importam as duas estâncias finais do terceiro, associando o Gama, Inês, o pintor Gérard, Camões e “Sousa immortal”, seja, o director artístico de 1817 (ainda desenhou o busto de Camões), a expensas do morgado José Maria de Sousa.

Neste quadro, *Camões* (1825) fecha um quarto de século, e se com efeitos na busca dos ossos e de um monumento digno onde colocá-los — encerra o décimo canto e o Poema com um brado (“Onde jaz, Portugueses, o moimento / Que do immortal cantor as cinzas guarda?”; “Nem o humilde lugar onde repoisam / As cinzas de Camões conhece o Luso” [Garrett, [1825], 1973: 191])<sup>2</sup> —, ninguém viu como há desforço em relação ao miguelista Macedo. No canto I, estância XI, considera que, em vez de *reflexão* (em itálico), deveria chamar-se *reacção* (em itálico), quando, no mesmo 1824 em que o parisino Garrett escreve o Poema, Macedo é nomeado censor

<sup>2</sup> Melhor, ‘ossos prováveis de Camões!’, conclui *O Desejado* (1895) de António Nobre (*Despedidas*, 1902). Em nota da 2.ª ed., a essa interrogação, Garrett resume o que, desde 1835, Castilho vinha empreendendo.

oficial. Explícita é já a resposta quando, no canto quinto, se cura do Gigante; em nota da 2.<sup>a</sup> ed. (1839), Garrett farpeia: “O padre J. A. de Macedo pretendeu provar que a invenção do Adamastor era plagiato. Assaz foi refutada esta miserável acusação que só a paixão cega de tão louca rivalidade podia fazer dizer a um homem aliás erudito e não sem engenho” (Garrett, [1825], 1973: 220).

Garrett sobrepõe o seu curso de vida ao de Camões e o seu discurso aos de *Os Lusíadas*, ambos com a História de Portugal e não menos suspensões, digressões, queixumes. Nove cantos epigrafados com a épica, que ainda se dissemina no verso sinuoso e branco, são intervalados, no canto quinto, por dois de *Alma minha gentil*, importando menos a tradição — de Inês à reiterada gruta de Macau<sup>3</sup> — que um subido lirismo melopeico reiterado nestes dois versos: “Rosa de amor, rosa purpúrea e bela, / Quem entre os goivos te esfolhou da campa?” (Garrett, [1825], 1973: 103).

Garrett segue Faria e Sousa e Mateus quanto a duas edições do Poema no mesmo ano e mesmo António Gonçalves (Garrett, [1825], 1973: 241, nota ao final do canto nove). Embora homem de jornais, o dandismo não tinha paciência para miudezas. Louve-se, todavia, informação da Torre do Tombo sobre a tença, transcrita em 1839, “mesquinha, indigna de quem a dava e de quem a recebia” (Garrett, [1825], 1973: 244), no que Camilo Castelo Branco discorda, ao prefaciá-lo (1880), ambos duvidando, com o bispo de Viseu D. Francisco Alexandre Lobo, que Camões tenha morrido em hospital<sup>4</sup>. Enfim, anima-se o poeta com a coincidência de,

<sup>3</sup> Cenário de pintura de Francisco Metrass, 1853.

<sup>4</sup> Mesquinha é a tença também para Sebastião Trigoso, que já defende ter morrido num hospital (Trigoso, 1823: 190). O *Arquivo Pittoresco*, t. 4, n.º 22 (1861: 176), articula sobre a casa na calçada de Sant’Ana (que fotografá) onde consta ter morado e falecido Camões. Dizia Manuel de Faria e Sousa (1685) que, a ter morrido no hospital, aí seria sepultado. Ora, no vol. I de *Academias dos Singulares de Lisboa*, (1665: 187-188), lemos “o epetafio [*sic*], que no Conuento de Santa Anna da Cidade de

enquanto “rabiscava estes versinhos”, Domingos António de Sequeira expor no Louvre *A morte de Camões* (1822). Nesse 1824 dedica um poema “A Domingos Sequeira”, depois em *Flores sem fruto*. Ambos conhecem, concluído em Paris (1818), o *Requiem op. 23*, “À memória de Camões”, de João Domingos Bomtempo, uma partitura liberal com audições em Lisboa em 1821 e 1822.

Peça fundamental (e muito drama dialogado temos dentro) sobre os inícios do Romantismo em Portugal, *Camões* relança o Quinhentista por antonomásia, suscitando em Oitocentos manifestações como nunca mais houve.

O *Bosquejo da historia da poesia e lingua portugueza*, precedendo o *Parnaso lusitano ou Poesias selectas* (Paris, 1826)<sup>5</sup>, quase nada diz de Camões, tanto espaço exigiria. Sucede *Da arte poetica* atribuída a mestre Filinto, onde o Épico pede uma estância (Garrett, 1826: LXXVII), aproveita verso (Garrett, 1826: XC), cita o apelido (Garrett, 1826: XCIII, CV, CXII, CXXX-CXXXI) e *Os Lusíadas* (Garrett, 1826: CXV, CXXX), com que inaugura largamente a antologia. Inspirou decerto os 3 vols. das *Obras completas* por J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro, em Hamburgo.

Na *Lyrice de João Minimo* (1829), onde é caso da “lingua de Camões” adulterada, há um “Camões brejeiro” ou epígrafe dos *Enfatriões* e, dupla, de *Os Lusíadas*.

Não vá sem esquecer *Frei Luís de Sousa* (1843): o sebastianismo está como retrato (de D. Sebastião), mas começa como alusão, pois *Os Lusíadas*, de que o rei era dedicatário, estão no regaço de D. Madalena, a qual repete, “maquinalmente”, “Naquele engano d’alma e cego / Que a fortuna não deixa durar muito” (Garrett, [1843], 1844: 26). Eis o argumento de uma tão moderna tragédia. É “um bonito livro”,

---

Lisboa está no funebre docel, que cobrem aquellas cinzas. // O grão Camoens aqui jaz / Em pouca terra enterrado / Nas terras tão nomeado / de espada tão effizaz / Quanto na pena affamado”.

<sup>5</sup> De João Pedro Aillaud, embora atribuído a Garrett.

diz ela, “como não há outro”, intervém Telmo, se descontada a Bíblia, mas esse ele não lê, por ser latino. É uma cena de fim de tarde, crepuscular, anunciando desgraças...

António Feliciano de Castilho não intervém menos do que Garrett. O melhor documento está no filho, Júlio de Castilho, *Memorias de Castilho*, que no-lo diz, ainda criança, imitando sonetos e canções do Quinhentista (Castilho, 1929: 129). Presença já no *Épicédio* à morte de D. Maria I (1816), vemo-lo “mendigo entre os mendigos” no poemeto *O sacrificio a Camões* (1831<sup>6</sup>; *Excavações poeticas*, 1844: 88), escrito quando D. Miguel perseguia liberais. Da glória antiga do reino “Só dura uma lembrança dolorosa / Nos cantos do Camões” (Castilho, 1844: 84), que “dorme no feno”, alimentado por António, “o Tito dos escravos”, justificando grito em caixa alta: “ACCUDÍ A CAMÕES QUE EXPIRA Á FÓME!” (Castilho, 1844: 85). Ecoando noutros lugares, do prefácio d’*A Noite do castelo* (1835) à *Revista Universal Lisbonense*, sem esquecer *Camões. Estudo historico-poetico liberrimamente fundado sobre um drama francez dos senhores Victor Perrot e Armand du Mesnil* (1849, 1863)<sup>7</sup>, importam os esforços práticos de reemergência do Épico, em 1836, expostos à Sociedade dos Amigos das Letras, assentes na procura dos ossos e na erecção de uma estátua (indo além do busto no Passeio Público), só inaugurada em 1867. O filho Júlio descreve longa e pormenorizadamente essas diligências.

Alguns dos verdadeiros românticos (uns etiquetados como ultra-românticos) brindaram ao Épico. Camilo Castelo

<sup>6</sup> Edição autónoma em 1885, com preâmbulo de Pereira Caldas.

<sup>7</sup> Castilho leu o drama *Camões* em casa do irmão Alexandre Magno Castilho (Lisboa, 16-3-1849) perante distinta assembleia, que a imprensa discrimina. No calor da Questão Coimbrã, Antero, ex-aluno de Castilho, obrigava-se a reconhecer os méritos da peça *Camões*, “um dos mais formosos dramas do teatro português e a única admirável e inatacável obra do Sr. Castilho”, livro “surpreendente que excede muito o *Camões* de Garrett” em múltiplos campos (Castilho, 1932, t. 5: 69). Outra peça francesa, *Don Sébastien de Portugal* (1838), tragédia em 5 actos de Henri-Paul Faucher, estreou nesse ano em Paris.

Branco será o mais constante, nos seus 45 anos de vida literária (1845-1890). Na dedicatória de *O bem e o mal* (1863), diz-se leitor, aos 14 anos, de *Os Lusíadas* e de *As peregrinações* [sic] de Fernão Mendes Pinto. No prefácio-autobiografia literária de *Ao anoitecer da vida (últimos versos)*, já se confessa leitor da Epopeia aos nove anos (“quando li, sem percebê-las, umas estancias dos Luziadas” [Castelo Branco, 1874: VI]) e a rimar um soneto pelos dedos. Não há aqui novidade, se, nas escolas, e logo na primária, “o livro da poesia mais corrente e moente” eram *Os Lusíadas* (Castilho, in Ribeiro, [1872], s. d.: LXXXV)<sup>8</sup>. Estreando-se com três poemas épico-paródicos sob o signo de Camões – *Os pundonores desagradados* (1845), *O Juízo final e o sonho do inferno* (1845; acrescenta Dante), *A murraça* (1848) –, o apelido Camões é citadíssimo na variada obra, enquanto *Os Lusíadas* inspiram *charge*, paráfrase, epígrafes, ligações inter-discursivas feitas de interpolação, adaptação, enchimento. Prefaciador do *Camões* garrettiano (1880), nenhuma novidade traz o disperso biógrafo camoniano, embora se deva assinalar a criação de Matias Salazar, “O maior amigo de Luiz de Camões” (Castelo Branco, 1867)<sup>9</sup>.

O pai latinista legou ao filho homónimo “uma camoniana, quase perfeita” (Castelo Branco, [1867], 1972: 103), que não venderia por nada. Atento a alguma aquisição estrangeira, relia *Os Lusíadas*, “ampliando as notas, que seu pai escrevera, em acrescentamento às do licenciado Manuel Correia, edição de 1613” (Castelo Branco, [1867], 1972: 104). As *Reflexões críticas sobre o episódio do Adamastor nos Lusíadas, cant. V, oit. 39* (1811b), de José Agostinho de Macedo, desgostam-no. Respondeu-lhe em opúsculo distribuído gratuitamente; o graciano volta à carga; vinga-se Matias na leitura das sátiras contra o frade.

<sup>8</sup> Resumo “Camões e Camilo”, ensaio no prelo.

<sup>9</sup> Foi “Biographia do maior e mais obscuro amigo de Camões” em *Portugal a Camões*, publicação extraordinária do *Jornal de Viagens* (Porto) (1880: 15-16). Fixou-se o primeiro título, “O maior amigo de Luiz de Camões”, em *Cenas inocentes da comédia humana* (1867). Cito da 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1972.

Euforia, mesmo, trouxe-lhe o *Camões* de Garrett: “Leu de um só fôlego o livro das saudades, o hino grandioso do que fomos como heróis, e a aspérrima condenação do que fomos como ingratos” (Castelo Branco, [1867], 1972: 111). Demitido da secretaria em 1834, “saiu de Lisboa em demanda do lugar onde Camões passara a sua primeira época do desterro, por amor de Catarina de Ataíde, ou por haver ferido em duelo o maledicente que mareara a clara fama da sua Natércia. // A duas léguas de Abrantes, [...], onde agora é Constança, parou Salazar” (Castelo Branco, [1867], 1972: 114), recitando dois tercetos da elegia 3, uma quadra de soneto (que não é do Lírico) e a oitava 7.81.

Conhecedor da marginália de frei José Índio em exemplar do Poema — suposta testemunha da morte num hospital de Lisboa —, este corresponderia à albergaria de Sant’Ana, “asilo de caridade”, que o amortalhara, embora se dissesse ter vindo a mortalha dos Vimiosos. Demorava-se numa “ruínas, vizinhas da ermida do ‘Senhor Jesus da salvação e paz’ junto ao Arco de Sant’Ana” (Castelo Branco, [1867], 1972: 117), onde teria morado o Poeta. Quanto a sepultura, lamentava, citando o versículo final de Garrett, que ninguém a conhecesse. Formam-se as comissões dos ossos: Castilho<sup>10</sup> e a Sociedade dos Amigos das Letras (1835), Garrett (1839) afixando a veracidade dos ossos encontrados.

O cap. VI debate sobre que Catarina de Ataíde amou Camões, na sequência do dito de frei João do Rosário (1573) chegado a Herculano (1852): se a aveirense Sousa ou a de apelido Lima defendida por Juromenha, cuja interpretação daquele documento não convence Matias-Camilo.

O cap. VII é sobre a estátua, que, em 1862, aos 88 anos (no final, são 86), Matias, entrevado, ouvindo ler o Poema, ainda queria ver no Largo. Em 28 de Junho, assiste à passagem

---

<sup>10</sup> ...Cujo *Camões* lê Camilo pela quarta vez, segundo carta de 24-11-1870 ao autor (Castelo Branco, 1985: 195).

de D. Luís, para lançamento da primeira pedra. Murmura a quadra inicial de um soneto que Camilo julga de Camões (é de Bernardes), ainda um terceto da canção décima, e falece.

Luís Augusto Palmeirim celebra “Ignez de Castro” (Palmeirim, [1851], 1864: 17-26) em colagem regular. “Luiz de Camões” compara-o a Dante, Tasso, Petrarca, Ariosto, Ovídio. Fecha com a inexistência de outros sinais do homem, que não seja o Livro. Em nota (Palmeirim, [1851], 1864: 292-295), conta-se do êxito deste Palmeirim, publicado em jornais, recitado nos teatros, musicado, cantado em filarmónicas e nos salões.

*A Camões*, que inaugura *Poesias* (1856), *À Pátria*, eis bons momentos de Soares de Passos: além, “Inspirado cantor” desde o berço, saiu-lhe “misero destino”; “grande na dôr como na lyra”, biografado segundo Garrett, o ar do tempo vem “no tumulto ignorado”, resignando no final: “Camões, grande Camões, foste poeta! / Eu sei que tua sombra nos perdôa: / Que valem mausoléos ante a corôa / De tua eterna gloria?” (1870: 11). *À Patria* (1852) desenvolve a epígrafe e primeiro verso – “Esta é a ditosa pátria minha amada” – qual lamentado do Vate sobre o estado deste chão.

À década de 60 interessam mais as *Obras de Luiz de Camões* (6 vols., 1860-1869), pelo visconde de Juromenha<sup>11</sup>, bem como o *Dicionário bibliographico portuguez* de Inocêncio (Silva, t. V, 1860: 239-277), ora corrigindo *O Oriente* (1814: 99), onde dois versos ditos de Camões são de António Ferreira, ora, entre revisões textuais, acrescentando muito a bibliografia nacional e tradutória de Trigo (1823).

Mas, no ano em que se lança a primeira pedra para o monumento a Camões, Tomás Ribeiro fez sair *Dom Jaime ou a dominação de Castela* (1862) e o persistente ideologema providencial de Ourique, rimando com Henrique nos versos finais. Face a ventos de putativa união ibérica, quando

<sup>11</sup> É sintomático inaugurar *Os Lusíadas* de 1883. Manuscreeve a primeira oitava segundo Ee/S. Seguem Teófilo, Tomás Ribeiro e João de Deus. Ramalho Ortigão manuscreeve a décima quarta. Até V: 79.

nasciam jornais e sociedades com ‘independência nacional’ no nome, esse *Dom Jaime* cristalizava um sentimento pátrio de edénica nostalgia, que logo nas primeiras estrofes celebrizava Portugal como “jardim da Europa à beira-mar plantado” (Ribeiro, [1862], s.d.: 2). O êxito foi tremendo. Em 15 de Outubro de 1862, texto não assinado de *A Revolução de Setembro* fazia balanço da situação literária. Ninguém se admire, se aí ler que Tomás Ribeiro “é o poeta do século XIX” (Vasconcellos, 1862: 1). E, após novos ataques a Camões, vêm insinuações, num propósito de síntese poética:

Assunto de tempos pouco afastados; fábula natural e simples; ausência completa de ficções sobrenaturais, e estas substituídas pela elevação da ideia, pela majestade das situações, pela verdade dos caracteres; e em tudo variedade aprazível, desde a narração e as imagens até à escolha do metro, são as principais qualidades que a arte moderna consagrou e exige nos poemas. [...] // Ora o poema do sr. Tomás Ribeiro [...] escapou ao bolor clássico e à prosa do realismo. O senhor Tomás Ribeiro é o poeta do século XIX.

(Vasconcellos, 1862: 1)

Ribeiro pega num Martinho de Aguiar, capitão de D. António, Prior do Crato, e nos dois filhos — Germano, amado por Aninhas, e Jaime —, opondo-lhes a castelhana família de D. César de Aragão, cru como os dois filhos, capazes de assassinar a irmã, Estela, que se apaixonara por D. Jaime. No cenário, esbatido, da vontade independentista que chega às vésperas do 1.º de dezembro de 1640, um novo Viriato bate as faldas beiroas e a sua “justiça de selvagem” (Ribeiro, [1862], s.d.: XXXII) vem mais do que justificada. Melhor: sob o influxo de *Os miseráveis*, Ribeiro encontra fundamentação literária para santificar os descaminhos e a embriaguez de D. Jaime, vida “que tanto escandalizou alguns moralistas do norte” (Ribeiro, [1862], s.d.: XXV) — dispara, a pensar em Ramalho Ortigão. E a incontornável tese: “A

família dos Aguilares é a nação portuguesa esmagada, vilipendiada pela dominação de Castela. // *D. Jayme está dentro da lei, enquanto a Hespanha não sae fóra da justiça*” (Ribeiro, [1862], s.d.:XXXVII). O que vemos aqui? Obra de resistência, longe de acusações a portugueses traidores (*Lus.* 4.33) por um Camões capaz de elogiar “A sublime bandeira Castelhana” (*Lus.* 4.41.8) (Saraiva, 1980). Com passado de pedagogo e inspetor do ensino, Castilho, autor de outro *Camões* (1849), requer a substituição de *Os Lusíadas*, nas escolas, pela moderna épica do *Dom Jaime*.

Ramalho Ortigão, em *O Jornal do Porto* (21-8-1862), e João de Deus, em *O Bejense* (7-11-1863), respondem à feliciana “Conversação Preambular”, e o que ela comportaria de ruptura de paradigma se, quase três séculos depois — neste ponto, João de Deus é cortante, para eterna admiração de Teófilo Braga —, *Os Lusíadas* deixassem de funcionar como nó do imaginário pátrio. Aquele desloca a conversa para a gramática, o metro e a moral de herói marginal e embriagado: que exemplo, hem, para a infância?! Em aparte, não podemos deixar de questionar os métodos de ensino, à época, e a peregrina ideia de pôr o Livro em mãos de crianças. “*Os Lusíadas* e a Conversação Preambular”, de João de Deus, tem outra profundidade. Excertos:

[...] Não digo que o *D. Jaime* não seja um grande livro: em acabando estas linhas, que o leia, estou que hei-de ser um dos seus muitos admiradores. Mas [a]os *Lusíadas* basta a sua reputação universal. E vê-los comparar com o *D. Jaime*, que fica de melhor partido, custa a acreditar.

A comparação é feita a certo respeito muito particular, a saber, qual daqueles dois poemas é mais conveniente e acomodado aos meninos que andam aprendendo a ler. [...]

Parte do que se segue foi escrito há dois ou três meses, porque há dois ou três meses que me emprestaram o *D. Jaime*, que, por sinal, não tive tempo de ler. A Conversação Preambular suscitou-me algu-

mas reflexões [...], por me estar ditando a consciência que protestasse contra o que me parecia injusto, da parte da Conversação Preambular, com *Os Lusíadas*. [...]

Mas entre as razões especiais em que se funda aquela preferência, dada ao *D. Jaime* para uso das escolas [...], aparecem algumas, de um alcance geral, que são — defeitos que *Os Lusíadas* têm, não para esta ou aquela classe de pessoas, mas, em geral, para todas, ou, como se diria em metafísica, defeitos absolutos.

Gramática, diz o sr. A. F. de Castilho, a gramática mesma é frequentes vezes ofendida nos *Lusíadas*. Mas o sr. A. F. de Castilho mesmo diz que o autor dos *Lusíadas* falava um português de lei. De modo que, por esta parte, fica uma coisa por outra e o dito por não dito.

Versos, diz o sr. A. F. de Castilho, estão tão velhos e tão fora de moda, os dos *Lusíadas*, que “nenhum bom poeta dos nossos dias se resignaria a assinar como sua uma única oitava inteira de todos os dez cantos”. Mas o sr. A. F. de Castilho diz, também, que os versos eram belos no seu tempo e que mais vivazes hoje que nos dias em que nasceram. De modo que também por esta parte fica uma coisa por outra e o dito por não dito.

Há só uma acusação gravíssima a que o sr. A. F. de Castilho se não deu logo ao trabalho de responder, gravíssima, digo, porque, apesar de não ser feita aos *Lusíadas* nomeadamente, é-lhes, evidentemente, aplicável e pode a maior parte da gente, que não vê senão pelos olhos alheios, ficar pensando à sombra de tamanha autoridade que *Os Lusíadas* não só não prestam, mas, até, que era impossível prestarem, do modo como estão escritos.

Diz o sr. A. F. de Castilho, a respeito de uma forma de verso, sempre a mesma desde o princípio até ao fim de um poema, que semelhante padrão de prefixas dimensões e feitio — para todos, quantas ideias, para todos, quantos affectos — possam vir corresponde à bestial tirania do leito de Procusta, se o hóspede é maior ou se encolhe ou se mutila, se é menor ou se estira ou se desloca.

Segue-se que as ideias nos *Lusíadas*, do mesmo modo que na *Divina Comédia* e na *Jerusalém [Libertada]*, estão todas, umas enta-

ladas à falta de espaço, outras desconjuntadas, ou, como diz o sr. A. F. de Castilho, deslocadas, para encher as medidas. Isto só, pondo de parte um andamento de frase, sempre o mesmo, e, portanto, ora mais apressado, ora mais vagaroso do que pede a doçura ou a veemência dos afectos, faria de semelhantes poemas a mais infame coisa que o Sol cobre.

Mas eu pergunto se, no caso do autor dos *Lusíadas*, variar de verso de modo que, por exemplo, o primeiro canto fosse todo em tercetos, o segundo em quadras, o terceiro em oitavas, o quarto em décimas e assim o mais, evitaríamos os inconvenientes do tal padrão de prefixas dimensões. De modo nenhum. Os cantos são dez, seriam dez padrões. E por que espécie de harmonia preestabelecida, admitida esta variedade, haviam de as ideias e os afectos do primeiro canto achar na terceira uma fácil e natural expressão? É evidente que o mal não está na unidade do padrão e que os mesmos inconvenientes que há para o adoptar em toda a extensão de um poema como *Os Lusíadas* subsistem para o adoptar em todo um canto. Logo, qual é o pensamento do sr. A. F. de Castilho? Que o poeta, segundo as ideias que lhe forem ocorrendo e os afectos que o vão possuindo, mude de forma, salte por todas elas, tercetos, quadras, oitavas, décimas, como lhe for mais conveniente. Esta liberdade só a concedia a sábia antiguidade aos que faziam versos a Baco. E porque a havemos de nós admitir? Porque os versos serão mais *fáceis* e mais conformes à lei geral da natureza – a *variedade*.

O argumento de facilidade não colhe em pontos de Arte. E, demais, sabe o sr. A. F. de Castilho que o poeta, em certas ocasiões, voa por cima de todas as dificuldades tão vitoriosamente, que ele é o primeiro a admirar-se de si mesmo, em descendo do Tabor e passada a Transfiguração. Agora, a variedade da natureza não é de folha para folha de roseira que se observa, nem de rosa para rosa: é de roseira para o cedro e do cedro para o homem. Os indivíduos da mesma espécie têm todos o mesmo tipo. E a que vem a lei da natureza física? O que importa a natureza é do homem e a natureza do homem é o compasso e a música. Logo, a linguagem mais perfeita, a *verdadeira*, no sentido de Platão, a mais natural, a mais humana, será a

mais compassada e musical. E teria que ver se o belo, a perfeição, inimiga inconciliável do meio-termo, estava justamente em matéria de linguagem na transição da prosa para o verso, do cantochão para a música, isto é, no cantochão figurado do ditirambo.

Porque é ao ditirambo que a nova doutrina nos leva direitos como uma linha. Se eu deixo a oitava pela minha ideia caber em menos campo, porque não deixarei o verso de onze sílabas, se me basta um de seis? E se passo da quadra para o terceto pela lei da variedade, porque não passarei do verso de sete sílabas para o de nove e, deste, para o de onze? Mas para isto é que se fez a prosa. Examinemos as coisas por miúdo.

– Um verso, sempre o mesmo, sempre do mesmo comprimento, oferecerá ora espaço de mais, ora de menos à minha ideia e terei, portanto, ora de afogar e empantufar em palavras de mais, ora de a espalmar e entalar em palavras de menos.

– Um verso, sempre o mesmo, sempre do mesmo compasso, terá sempre o mesmo andamento e, portanto, a frase será, ora mais apressada, ora mais vagarosa do que pede a ideia que pretendo exprimir, faltando àquela necessária harmonia entre uma coisa e outra, que é a beleza do estilo.

– Mas supondo ainda que, ou por uma rara coincidência, ou de propósito, sacrificando-me à qualidade do verso que adoptei, nem falto ao andamento preciso, nem caio no vício de uma concisão ou prolixidade excessiva, o que resultará? Ver-me no fim com uma obra *monótona*, que é o maior defeito.

Nenhuma destas considerações tem fundamento sólido. E dir-se-ia que a inteligência do autor da Conversação Preambular fez nisto como a luz, lambendo a superfície das coisas. Seja qual for a qualidade de verso que eu adopte, ora me há-de sobrar, ora faltar. Combater, portanto, uma espécie de verso por semelhante razão é proclamar o reinado da prosa e cair no pobre equívoco de Pelletan. E que importa que sobre ou falte? O maior verso se reduz a versos pequeninos e de versos pequeninos se faz um verso. Se é grande, fica o resto para outra ideia; se é pequeno, posso-o repetir. Pelos [*sic*; = Por os] versos se escreverem debaixo uns dos outros não se segue que

se não leiam em continuidade e por se lerem em continuidade não se segue que constituam um pensamento indivisível. Agora se, para nos dar compasso e música, o poeta se vê na necessidade de transtornar a ordem natural das ideias ou de as submeter a um ritmo forçado; se, para nos dar uma linguagem mais perfeita que a prosa, falta às virtudes mais triviais da prosa e até às condições essenciais de toda a linguagem, está visto que Deus não o dotou daquela fala simétrica, que tem não sei que semelhança com o movimento periódico das esferas celestes, e nada se perde que não faça versos.

O andamento da frase não tem nada com o compasso do verso. São duas coisas diferentes, compasso e andamento. Todos os versos da mesma qualidade têm o mesmo compasso. Dar-lhes o mesmo andamento só quem não sabe ler ou quem os não sabe fazer.

Estavas, linda Inês, posta em sossego,  
De teus anos colhendo doce fruto

tem o mesmo compasso que:

Picam de esporas, largam rédeas logo,  
Abaixam lanças, fere a terra fogo:

o que não tem é o mesmo andamento. Um é *adagio*, o outro, *allegro*.

E já de aqui se vê que a *monotonia* é só filha da incapacidade. Bellini compôs a *Norma* a compasso quaternário. Rossini pode-vos dar à escolha o compasso em que há-de escrever, indiferentemente, *Semiramis* ou *O Barbeiro de Sevilha*. Bocage deixou a sua alma em sonetos, Camões em oitavas. E ninguém dirá que monotonamente. Agora, se nem todos compõem *Normas* nem *Semiramis*, nem sonetos como Bocage, nem oitavas como Camões, a culpa não é nem do compasso quaternário, nem do soneto, nem da oitava.

A oitava é uma excelente combinação. E nunca, em tempo nenhum, ao menos em Portugal e na Itália, se há levantado fábrica, que ao longe se pareça com *Os Lusíadas*, senão de peças daquele tamanho e daquele labor. Andei um dia passeando por cima do telhado da

Batalha com o Vieira de Castro mais o Norton e doutra vez com o Correia e o Vilhena, como se fosse por uma praça. A razão é que as telhas daquele telhado são lajes de boa mão-travessa de grossura e assim devia ser. Os grandes edifícios não se fazem de seixinhos.

A oitava rima, composta de oito versos dos maiores, que admite a nossa língua e o nosso ouvido, tamanhos que em oito deles meteu Camões a descrição do sistema do mundo, os seis primeiros sucedendo-se numa singela e grave melodia e os dois últimos fechando a oitava num acorde harmonioso que dá ao espírito do compositor o repouso da síntese, marca um passo ao leitor, convidando-o a tomar fôlego para continuar; é exactamente a mesma oitava em que, se Camões ressuscitasse e tivesse a impudência de escrever, em nossa honra, escreveria outros *Lusíadas*.

Não sei se mais alguma coisa entra no plano das minhas reflexões, que faço em consciência, sentindo muito não ser da opinião de tão excelente prosador e poeta como o autor da Conversação Preambular, um dos nossos mais notáveis escritores de todos os tempos e dos actuais, se não o primeiro, ao menos, o segundo, que tem levado mais longe o nome português. Mas, já agora, direi sempre que *Os Lusíadas*, feitos para transmitir à posteridade as maravilhas de um povo da Idade Média, nas belas formas da antiguidade clássica, destinados a abarcar os tempos, o dogma religioso, não podia ser para eles senão relativo. Por isso é que aí as religiões se misturam e que

#### O falso Deus adora o verdadeiro

pensamento de uma profundidade e superficial clareza, que só conciliam homens como Camões e que nem sempre os Garretts se dão ao trabalho de compreender.

Mas se, apesar de tão vastas ambições, os *Lusíadas* caducaram “por passar a moda da conquista”, *D. Jaime*, fundado no ódio de Portugal a Castela, já hoje contra o espírito da fraternidade universal; se ainda, em cima, daqui a meia dúzia de anos se “derreterem de todo os exclusivismos nacionais” de um modo que Portugal e Espanha fiquem duas províncias do mesmo reino, o que será feito de *D. Jaime*?

Felizmente para os irmãos da *Iliada*, da mesma maneira que para *D. Jaime*, as obras de Arte não as deprecia o tempo e as consequências que o sr. A. F. de Castilho tira dos trezentos anos dos *Lusiadas*, que são três dias numa vida imortal, é o contrário das que se devem tirar em boa crítica.

Mas, se isto é falso; se, realmente, o tempo dos *Lusiadas* passou; se aquela mistura de religiões é absurda e ridícula; se era tal o poeta ou a forma de verso de sua natureza tão viciosa que em todos os dez cantos se não descobre hoje uma oitava que qualquer bom poeta contemporâneo se não envergonhasse de compor; se até os erros de gramática são frequentes; eu, então, voto que a estátua – que mesmo o sr. A. F. de Castilho tem aconselhado a levantar a quem nos levantou a nós um monumento que, pelo assunto e os primores da sua construção, marca uma época na história do mundo – seja de gesso. (apud Rodrigues, 2022: 861-866)

É no calor desta polémica que a Tipografia Rolandina reimprime, entre 1836 e 1865, uma dezena de edições de *Os Lusiadas*, sobressaindo a de Francisco Freire de Carvalho, 1843. Em 1863, António José Viale edita *Selecta camoniana ou excerpτος dos Lusiadas com sumários e notas explicativas*.

Nessa atmosfera de fervor anti e pró-camoniano (aqui, até à saturação do apelido Camões em António Pinheiro Caldas, *Poesias*, 1864), Francisco A. de Almeida atira-se aos pulhas que contornam a lei num primeiro volume de *Os Lusiadas do seculo XIX: poema heroi-comico (Parodia)*, 1865, cujo 2.º vol., mimando a Épica a partir do sexto canto, e jazendo em provas tipográficas, deveria sair em 1884. Esta sequência pode ter sido arrastada por João Félix Pereira, que, em 1880, edita *Os Lusiadas do seculo XIX*, sem menoscabo da *Gregoreida ou Aventuras d'um filho d'Alijó dos Vinhos em Lisboa*, durante as festas do centenário de Camões, 57 oitavas por Gregório Antunes Falcão, “substituto do escrivão do juiz ordinário d'aquella importante comarca e copiado do original manuscrito pelos siamezes do Occidente, Castor & Pollux”. Este

vem para as festas “do tal Camões”, começando “por ver ruas bonitinhas / Da terra do cantor da tal Natércia”, quando ele tem uma Natércia d’Alijó. Avisado da gatunagem, entra a falar dos organizadores e do cortejo, também dito procissão, embora sem padre, mas com muito Zé Povinho. E, entre lembretes do hipotexto a todos acessíveis (Adamastor, fogo de santelmo, etc.), segue, com prior ao lado, para lugares festivos e personagens muito em vista.

Em Francisco Augusto, o quadro político no “reino do Bom Senso”, com trânsito pela Parvalheira e pela Batota, descreve os situacionistas, “Os asnos Figurões assignalados”, confrontados pelos Progressistas. O mesmo número de estâncias, iguais rimas e alguns versos de 1572 são engenhosamente aproveitados, em rara e paciente homenagem. Haveria aqui razão para outros poemas herói-cômicos de influência camonianiana.

Não indiferente à polémica de 1865-1866 por causa do *Poema da mocidade* (1865) — um Pinheiro Chagas inane, mas ainda cioso do seu *marketing* no folheto *O Centenário de Luiz de Camões* (1880: 5-16), qual João da Aqualva que menos significa no final do Sexto Serão da *História alegre de Portugal* (1880) —, sai *A caldeira de Pêro Botelho* (1866), de Arnaldo Gama. Em fundo de amores entre Diogo Botelho e Beatriz, é uma biografia romanceada de Camões, até à morte. Sem uma nesga de novidade, o desastre é completo, quando não ridículo: frei João do Rosário, confessor de Catarina, sai frei João dos Remédios; o tio Bento de Camões sai D. Beltrão. O êxito mede-se, contudo, pela tiragem e leitura do *Jornal do Porto*, onde o romance animara folhetim. Outra onda, *As Delicias da Vida. Folha Mensal, Científica, Artística, Moral e Recreativa* (Lisboa, 1-10-1869/1-8-1870, n.º 11), dá, a partir do n.º 5, o canto I de *Os Lusíadas*.

Ora, em 9 de outubro de 1867, foi regiamente inaugurada a estátua de Camões, no largo com o seu nome. Entre muita imprensa, o *Archivo Pittoresco* (n.º 28: 217) ilustra e descreve

a enchente, inclusive nas varandas e janelas circundantes. A reportagem é de Pinheiro Chagas. Segue-se “Auto de inauguração do monumento consagrado a Camões”, sobre quem E. A. Vidal começa uma série. Entre outra iconografia, temos a medalha comemorativa da inauguração. Aqui voltarão os celebrantes de 1880, ainda com as grades defendendo aquele “pedestal, sob o frio olhar de bronze do velho poeta, erecto e nobre, com os seus largos ombros de cavaleiro forte, a epopeia sobre o coração, a espada firme, cercado dos cronistas e dos poetas heróicos da antiga pátria – pátria para sempre passada, memória quase perdida!”, encerrará, em Outubro de 1889, a 3.<sup>a</sup> versão de *O crime do Padre Amaro*.

Esses anos 70 são frutuozos: a par de um *Album de homenagem a Luiz de Camões* (1870)<sup>12</sup>, sucedem as edições da *Épica*, salientando-se uma, monumental, impressa em Leipzig (1873), reproduzindo a de 1817, com vasta iconografia, e as *Obras completas de Luiz de Camões* (1873-1874; <sup>2</sup>1877), por Anselmo de Moraes, em 7 volumes. Culminam seis em 1880, uma de Teófilo, outra de José Gomes Monteiro, enquanto Adolfo Coelho preparava duas: uma para o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, com prefácio de Ramalho Ortigão<sup>13</sup>, outra, popular, para o *Diário de Notícias*, que distribuirá 30 mil exemplares gratuitamente; a sexta, de Lisboa, David Corazzi, vem com um juízo crítico de José Maria Latino Coelho. Entre 1881 e 1921<sup>14</sup>, saem 38 edições de *Os Lusíadas*.

<sup>12</sup> Viale, além de *Três excerptos* ou *Alguns excerptos dos Lusíadas* trasladados em versos latinos (1875, 1876, 1878), revê a tradução de *A Lusíada de Luiz de Camões*, por frei Francisco de Santo Agostinho Macedo, que a Imprensa Nacional edita em 1880. Viale tem outros títulos de índole camonianiana.

<sup>13</sup> Se tem algum deslize em data, segue de perto Teófilo e Juromenha, em, por exemplo, Catarina de Lima, e não de Ataíde.

<sup>14</sup> Saliento, ainda no século XIX, duas de Teófilo, 1881, 1898; de Francisco Gomes de Amorim, 2 vols., 1889, que motiva um mais do que “esboço de crítica philologica” a José Leite de Vasconcelos (1890), tais as “contradições” e “erros grosseiros” (Vasconcelos, 1890: 70) no dizer e nas emendas de Amorim; outra de Mendes dos Remédios, “para as escolas”, 1900.

O tricentenário está bastante documentado em Alexandre Cabral (1980)<sup>15</sup>. A comissão organizadora agradece, em 16 de junho, a adesão nacional – salvo da Coroa e poucos mais, onde Antero e Oliveira Martins<sup>16</sup>, dessolidarizados com dois da geração, Ramalho e Batalha Reis. Não estariam bem com Teófilo, Magalhães Lima ou o relator Pinheiro Chagas, mas que mal fariam Luciano Cordeiro ou Eduardo Coelho? Alguns reencontraram-se em *A Revista Camões (Chronica de Lisboa)* de 10-6-1880, número único, dirigido por Cotter Franco e colaborado por Brito Aranha, Macedo Papança, Magalhães Lima, Teófilo, entre outros. Mais longa vida teve *O Camões. Semanario Popular Illustrado* (Porto, 1880-1883), embora considere mais representativo *Portugal a Camões* (1880), publicação extraordinária do *Jornal de Viagens* (Porto), com o melhor Cesário Verde, *O sentimento dum ocidental* (1880: 6; ainda, em *A Illustração*, 20-8-1886: 243-246) e Camões “salvando um livro, a nado!”.

Ramalho propôs e defendeu o cortejo cívico do 10 de Junho, como lembrará n'As *Farpas* de Junho de 1882, em que lamenta a alheada atitude oficial (Ortigão, 2007, 3, t. 6: 839), mau grado a iniciativa autárquica de abrir a Avenida. Em *O Ocidente* (15-6), Guilherme de Azevedo contou desse cortejo popular também artístico, descrevendo cada carro, a abrir pelo da Arte, “sobrepujado pela aérea e elegante estatueta do Génio moldada por Simões de Almeida”; como “A trasladação dos restos de Vasco da Gama e de Camões, pelo Tejo, [...] foi um espectáculo épico”. Entre outras lições, ficava esta: “a inutilidade dos poderes constituídos em face da iniciativa particular” (Azevedo, 2016: 261-262)<sup>17</sup>. A

<sup>15</sup> Alguma achega útil em Rebello, 1980.

<sup>16</sup> Antero louvara *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões e a sua obra em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença* (1872), de Oliveira Martins, cuja densidade não cabe resumir aqui. José Bruno Carreiro (1981: 97-99) mostra como o Tricentenário passou ao lado deste émulo no soneto.

<sup>17</sup> Assim se compreende melhor, em 1883, em *O António Maria*, o folhetim “A

Exposição Camoniana da Sociedade de Geografia misturava edições, folhetos, bustos, medalhas, quadros... Outra, no Palácio de Cristal, acompanhava-se de catálogo-bibliografia camoniana. Sarau literário-musical em Coimbra ouvia fragmento do poema em três cantos *Catharina d'Athayde*, de Macedo Papança (Conde de Monsaraz), reeditado em 1894 em só dez exemplares. De confeitarias a lenços com a efígie do Poeta, negócios prosperaram. O “Camões” de Fernando Caldeira (depois, em *Mocidades*, 1882) foi recitado pelo actor José Carlos Santos na festa do Tricentenário, integrando o *Album do actor Santos* (1885: 232-234). Neste ano, outros se juntam no Porto em *A Camões / A carteira do viajante*, evocando ainda o tricentenário e relembrando Catarina...<sup>18</sup>. A reedição de oitavas decassilábicas dos 4 cantos de *A fome de Camões* (1870), de Gomes Leal, é um toque disfórico no entusiasmo de 1880. Morrendo à fome, “o velho cantor de heróicos guerreiros” vagueia por Lisboa “como os vis rafeiros” (estrofe 24).

Fundamental é a edição Ferreira de Brito do *Parnaso de Luiz de Camões*, com útil introdução por Teófilo Braga “sobre a historia da recensão do texto lyrico”; *A primeira edição dos Lusíadas*, de Tito de Noronha, abre para a consciência de uma contrafacção do Poema, problema enfim resolvido por Rita Marnoto (Camões, 2022), e, para a geral biobibliografia, o inteiro tomo décimo quarto do *Diccionario bibliographico portuguez*, agora por Brito Aranha (1886; de facto, 1887). No tomo 15 (1888), registam-se 38 peças musicais, de lusos e estrangeiros, compostas no quadro do Tricentenário. Eleito um primeiro deputado republicano em 1878, esta manifestação foi vista como o inaugural aceno de repúdio antimonárquico, quisessem ou não os seus organizadores.

---

Bazorrada”, em que, imitando o tom e oitavas de *Os Lusíadas*, se foi, número a número – e célebre “(Continua.)” no final –, vergastando políticos que esfrangalhavam o país.

<sup>18</sup> Na antologia naterciana a cumprir, acrescente-se Júlio Augusto Rodrigues de Castro (1864).

Cansado, o século ainda se exalta na sinfonia *À Pátria* (1894), de Vianna da Motta, toda bebida em versos de Camões – uma das muitas homenagens melómanas, extensivas ao Brasil (Napoleão Bonaparte, Leopoldo Miguez, entre outros, como, em Paris, Antonio Firmino Monteiro pintou *Camões no seu leito de morte*, 1883); mas despede-se com outros versos, pouco significativos: Ramos Coelho, “A Camões” (Coelho, 1896: 17-25) e António Feijó, “Ilha dos Amores” (1897).

Balanço bibliográfico, iconográfico, etc., ficou a *Colecção camoniana* (1895) de José do Canto. Enfim, é justo fechar com a tradução de Wilhelm Storck, *Vida e obra de Luís de Camões* (1897), que culmina um interesse europeu desmedido por Camões.

Em século de lutas nacionalistas, mitifica-se, nos paratextos de *Os Lusíadas* traduzidos e em ficções, dramas e óperas, o soldado patriota, liberal e namorado. O caso italiano é dos mais significativos: com onze traduções entre 1804 e 1882 (na verdade, oito são de Antonio Nervi, diversamente peritextualizadas)(Chaves, 2001), e mais do que as representações cénicas, o tratamento do mito inesiano, alguma atenção à efeméride de 1880, tiveram grande repercussão europeia os libretos de Eugène Scribe para *Don Sebastiano re di Portogallo* (1847), musicado por Donizetti — o rei, Camões e Zayde são as personagens principais —, e *L'Africaine* (1865), por Meyerbeer.

## BIBLIOGRAFIA

- A Camões / A carteira do viajante* (1885). Porto: Typ. Aliança.  
*Academias dos Singulares de Lisboa* (1665). I. Lisboa: Na Officina de Henrique Valente de Oliveira [et al.].  
*Album de homenagem a Luiz de Camões* (1870). Lisboa: Lallemand.  
*Album do actor Santos* (1885). Lisboa: Typ. Mattos Moreira.

- Almeida, Francisco A. de (1865). *Os Lusíadas do seculo XIX. Poema heroi-comico (parodia)*. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa.
- Archivo Pittoresco* (1861). 22; (1867). 28.
- Azevedo, Guilherme de (2016). *Crónica ocidental*. Edição de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Esfera do Caos.
- Bocage, Manuel Maria Barbosa du (1800, 2.<sup>a</sup> ed.). *Rimas*. T. 1. Lisboa: Off. Simão Thaddeo Ferreira.
- Cabral, Alexandre (1980). *Notas oitocentistas – I, II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Caldas, António Pinheiro (1864, 2.<sup>a</sup> ed.). *Poesias*. Porto: Typ. de Sebastião José Pereira.
- Caldeira, Fernando (1882; 2.<sup>a</sup> ed., 1903). *Mocidades*. Lisboa: José António Rodrigues.
- Camões, Luís de (1685). *Rimas varias*. Comentadas por Manuel de Faria, y Sousa. Lisboa: En la imprenta de Theotonio Damaso de Mello impressor de la Casa Real [facsimile (1972). Intr. Jorge de Sena. Lisboa: Imprensa Nacional].
- Camões, Luís de (1860-1869). *Obras de Luiz de Camões*. Ed. visconde de Juromenha. 6 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Camões, Luís de (1869-1870). *Os Lusíadas*. In *As delicias da vida. Folha mensal, scientifica, artistica, moral e recreativa*.
- Camões, Luís de (1873-1874; 1877, 2.<sup>a</sup> ed.). *Obras completas de Luiz de Camões*. 7 vols. Ed. de Anselmo de Moraes. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Camões, Luís de (1880). *Parnaso de Luiz de Camões*. 3 vols. Ed. de Ferreira de Brito. Porto: Imprensa Internacional.
- Camões, Luís de (1883). *Os Lusíadas*. Homenagem a Camões pelos contemporâneos ilustres de Portugal e Brasil dirigida pelo Dr. Teófilo Braga. Pref. Manuel Pinheiro Chagas. Lisboa: Tip. Elzeviriana.
- Camões, Luís de (2022), *Os Lusíadas*. Edição crítica da *princeps* de Rita Marnoto. 2 vols. Genève: CIEPG.
- O Camões. Semanario Popular Illustrado* (1880-1883). Porto.
- Canto, José do ([1895], 1972). *Colecção camoniana*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Carreiro, José Bruno (1981, 2.<sup>a</sup> ed.). *Antero de Quental. Subsídios para*

- a sua biografia*. Vol. 2. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Castelo Branco, Camilo (1863). *O bem e o mal*. Lisboa: Campos Júnior.
- Castelo Branco, Camilo (1874). *Ao anoitecer da vida (Últimos versos)*
- Castelo Branco, Camilo ([1867], 1972, 5.<sup>a</sup> ed.). O maior amigo de Luiz de Camões. In *Cenas inocentes da comédia humana*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Castelo Branco, Camilo (1880). Biographia do maior e mais obscuro amigo de Camões. In *Portugal a Camões*, publicação extraordinária do *Jornal de Viagens*, Porto.
- Castelo Branco, Camilo (1985). *Correspondência*, III. Ed. de Alexandre Cabral. Lisboa: Livros Horizonte.
- Castilho, A. F. de (1835). *A noite do castelo*. Lisboa: na Typ. Lisbonense A. C. Dias.
- Castilho, A. F. de (1844). *Excavações poeticas*. Lisboa: Tip. Lusitana.
- Castilho, A. F. de (1849). *Camões. Estudo historico-poetico liberrimamente fundado sobre um drama francez dos senhores Victor Perrot e Armand du Mesnil*. Ponta Delgada: Typ. da Rua das Artes 68; 2.<sup>a</sup> ed., 1863. Lisboa: Typ. da Soc. Typographica Franco Portuguesa.
- Castilho, A. F. de ([1862], s. d.). Conversação Preambular. In Tomás Ribeiro (1862).
- Castilho, Júlio de (1929, 1932, 2.<sup>a</sup> ed.). *Memorias de Castilho*. Ts. 3, 5. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.
- Castro, Júlio Augusto Rodrigues de (1864). *Os amores de Natércia, ou D. Catharina de Athahide. Poema lyrico*. Lisboa: Typ. João Baptista dos Santos.
- O Centenário de Luiz de Camões*. Lisboa: Imprensa de J. G. de Sousa Neves.
- Chagas, Pinheiro (1880). *História alegre de Portugal*. Lisboa: David Corazzi.
- Chaves, Henrique de Almeida (2001). *O mito de Camões em Itália*. Lisboa: Edições Colibri.
- Coelho, Ramos (1896). *Lampejos*. Lisboa: Typ. Castro Irmão.
- Deus, João de (1863). *Os Lusíadas* e a Conversação Preambular. In Ernesto Rodrigues, *Mágico folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal. Crónica jornalística. Século XIX*. Lisboa: CLEPUL, 2022.

- Duriense, Elpino (1817). *Poesias*, III. Lisboa: Na Impressão Regia.
- Feijó, António (1897). *Ilha dos Amores*. [...] Lisboa: M. Gomes Editor.
- Falcão, Gregório Antunes (1880). *Gregoreida ou Aventuras d'um filho d'Alijó dos Vinhos em Lisboa*. Lisboa: Typ. Portuguesa.
- Gama, Arnaldo (1866). *A caldeira de Pêro Botelho*. Porto: Em Casa de Cruz Coutinho.
- Garrett, Almeida ([1815], 1971). Camões náufrago. In *Lírica completa*. Lisboa: Arcádia.
- Garrett, Almeida (1821). *O retrato de Vénus*. Coimbra: Na Imprensa da Universidade.
- Garrett, Almeida ([1824], 1845). A Domingos Sequeira. In *Flores sem fruto*. Lisboa: Na Imprensa Nacional.
- Garrett, Almeida (1825; 2.<sup>a</sup> ed., 1839; ed. ut. 1973). *Camões*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Garrett, Almeida (1826). Bosquejo da Historia da Poesia e Lingua Portuguesa. In João Pedro Aillaud. *Parnaso lusitano ou Poesias selectas*. Paris: J. P. Aillaud.
- Garrett, Almeida ([1829], 1971). *Lyrical de João Minimo*. In *Lírica completa*. Lisboa: Arcádia.
- Garrett, Almeida ([1843], 1844). *Frei Luiz de Sousa*. In *Theatro de J. B. de Almeida-Garrett*. III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Garrett, Almeida (1880, 7.<sup>a</sup> ed.). *Camões*. Prefácio de Camilo Castelo Branco. Porto, Braga: Liv. de Ernesto Chardron.
- Leal, Gomes (1870). *A fome de Camões*. Lisboa: Empreza Litteraria Luso-Brazileira de A. de Souza Pinto e Livraria Industrial de Lisboa.
- Macedo, José Agostinho de (1811a). *Gama*. Lisboa: Na Impressão Regia.
- Macedo, José Agostinho de (1811b). *Reflexões críticas sobre o episodio de Adamastor nas Lusíadas, canto V. Oit 39*. Lisboa: Na Impressão Regia.
- Macedo, José Agostinho de (1814; 2.<sup>a</sup> ed., 1827). *O Oriente*. Lisboa: Na Impressão Regia.
- Macedo, José Agostinho de (1820). *Censura das Lusíadas*. 2 ts. Lisboa: Na Impressão Regia.
- Nobre, António ([1895], 1902). *O Desejado. Despedidas*. Porto: s. n.
- Noronha, Tito de (1880). *A primeira edição dos Lusíadas*. Porto, Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.

- Ortigão, Ramalho (2007). *As farpas completas*. T. 6, vol. 3. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Palmeirim, Luís Augusto ([1851], 1864, 4.<sup>a</sup> ed.). *Poesias*. Lisboa: Typ. do *Panorama*.
- Papança, Macedo (Conde de Monsaraz) (1880). *Catharina d'Athayde*. Coimbra: Livraria Central de José Diogo Pires – Editor.
- Passos, Soares de (1856; 1858, 2.<sup>a</sup> ed.). *Poesias*. Porto: Cruz Coutinho.
- Pereira, João Félix Pereira (1880). *Os Lusíadas do século XIX*. Lisboa: Typ. da “Bibliotheca Universal”.
- Portugal a Camões*. Publicação extraordinária do *Jornal de Viagens* (1880). Porto: Impr. Int. de Ferreira de Brito & A. Monteiro.
- Queiroz, Eça de (1889, 3.<sup>a</sup> ed.). *O crime do padre Amaro*. Porto: Livr. Internacional de Ernesto Chardron, Lugan & Genelioux, Successores.
- Rebello, Luiz Francisco (1980). Posfácio, in Saramago, José, *Que farei com este livro?*. Lisboa: Editorial Caminho.
- A Revista Camões (Chronica de Lisboa)*. (1880). Lisboa: s. n.
- Ribeiro, Tomás ([1862], s. d.). *D. Jayme*. Porto: Lello & Irmão.
- Rodrigues, Ernesto (2022). *Mágico folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal. Crónica jornalística. Século XIX*. Lisboa: CLEPUL.
- Salazar, Matias (15-9-1862). O maior amigo de Luiz de Camões. *O Futuro. Periodico Litterario*. [Rio de Janeiro] 1: 13-24 [depois (15-6-1890). *Revista Illustrada*. (Lisboa) 5: 58-60.
- Saraiva [cardeal], frei Francisco de S. Luís (1819). *Apologia de Camoens contra as reflexoens do P. Jozé Agostinho de Macedo sobre o episódio de Adamastor no canto V. dos Lusíadas*. Santiago [de Compostela]: Na Officina Tipografica de D. Joam Moldes.
- Saraiva, António José (1980). Camões e a Espanha, in *Homenaje a Camoens. Estudios y ensayos hispano-portugueses*. Granada: Universidad de Granada: 381-385 [e *Diário de Notícias*, 27-4-1980].
- Silva, Inocêncio Francisco da (1860, [1886], 1887, 1888). *Diccionario bibliographico portuguez*. 4, 5, 14, 15. Lisboa: Na Imprensa Nacional.
- Silva, José Maria da Costa e (1843-1844). *Poesias*. 3 vols. Lisboa: Typ. de António José da Rocha.
- Storck, Wilhelm (1897). *Vida e obra de Luís de Camões*. Lisboa: Academia Real das Ciências.

- Trigoso, Sebastião Francisco de Mendo (1823). Exame crítico das primeiras cinco edições dos *Lusiadas*. *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. t. 8, p. 1.
- Vasconcellos, A. A. Teixeira de (1862: 1). Folhetim. Cartas profanas. *A Revolução de Setembro*: 15-10.
- Vasconcelos, José Leite de (1890). *O texto dos Lusíadas segundo as ideias do Snr. F. Gomes de Amorim. Esboço de crítica philologica*. Porto: Livraria Portuense.
- Viale, António José (1863). *Selecta camoniana ou excerptos dos Lusíadas com sumários e notas explicativas*. Lisboa: Livraria da Viuva Bertrand & Filhos.
- Viale, António José (1875). *Três excerptos dos Lusíadas trasladados em versos latinos*. Lisboa: Lallemand Frères.
- Viale, António José (1878). *Alguns excertos / excerptos dos Lusíadas...* Lisboa: Imprensa Nacional.